

Recebido em ago. 2007
Aprovado em nov. 2007

TEORIA DA PERCEÇÃO SEGUNDO ARISTÓTELES

JULIANA AGGIO *

RESUMO

O texto examina a relação entre conhecimento e percepção segundo Protágoras, Platão e Aristóteles, com o objetivo de mostrar o que é a percepção segundo o paradigma sofístico e o platônico e, por fim, qual é o lugar da tese aristotélica sobre a percepção diante desses dois paradigmas. Como resultado da investigação, temos que, para Aristóteles, diferentemente de Protágoras, a sensação não é responsável por todos os julgamentos, nem por discriminar todos objetos cognoscíveis; também para Aristóteles e diferentemente de Platão, o extremo oposto não é verdadeiro, a saber, que a sensação não discrimina seus próprios objetos. O texto, deste modo, pretende elucidar como o ser é conhecido pela percepção segundo Aristóteles, tratando assim de um ponto extremamente controverso, a saber: como a sensação discrimina seus próprios objetos sem a intervenção do pensamento, se tal discriminação resume-se apenas em processos fisiológicos ou é também uma atividade da alma e, se é também uma atividade da alma, em que sentido a alteração física ocorrida no corpo, conjuntamente com uma certa atividade da alma, constituem a percepção.

PALAVRAS-CHAVE

Alma. Conhecimento. Corpo. Objeto Sensível. Percepção.

ABSTRACT

The text investigates the relation between knowledge and perception according to Protagoras, Plato and Aristotle with the objective to show what is perception according to the sophistic and to the platonian paradigm and, finally, what is the place of the aristotelian thesis of perception in relation to these two paradigms. As a result of the investigation, we conclude that, for Aristotle, and differently from Protagoras, the perception is not responsible for all judgments, neither is responsible to discriminate all cognitive objects. Furthermore, for Aristotle and differently from Plato, the extreme opposite is not true, i.e., that perception does not discriminate its own objects. Knowledge and perception, therefore, must not be absolutely identical or distinct, neither the being is absolutely being perceived, neither the being perceived is absolutely indetermined. In this way, the text intends to clarify how perception knows the being according to Aristotle by treating a very controversial point: how perception discriminates its own objects without the thought's intervention, if this discrimination is strictly a physiological process or is also an activity of the soul, and if it is also an activity of the soul, in which way the body's physical alteration conjoined with a certain activity of the soul constitute perception.

KEYWORDS

Body. Knowledge. Perception. Sensible Object. Soul.

* Fruto da dissertação de Mestrado: CONHECIMENTO PERCEPTIVO SEGUNDO ARISTÓTELES, financiada pela FAPESP, sob orientação do professor MARCO ZINGANO.

Pretendemos expor com este texto a relação entre conhecimento e sensação, sensação e pensamento, ser e perceber segundo Protágoras, Platão e Aristóteles, com o objetivo de mostrar o que é a percepção segundo o paradigma sofístico e o platônico e, por fim, qual é o lugar da tese aristotélica sobre a percepção diante desses dois paradigmas. Como resultado da investigação, temos que, para Aristóteles, diferentemente de Protágoras, a sensação não é responsável por todos os julgamentos, nem por discriminar todos objetos cognoscíveis; também para Aristóteles e diferentemente de Platão, o extremo oposto não é verdadeiro, a saber, que a sensação não discrimina seus próprios objetos. Conhecimento e sensação, portanto, não devem ser idênticos ou distintos de modo absoluto, nem o ser é absolutamente ser percebido, nem o ser percebido é absolutamente indeterminado, mas, para Aristóteles, o ser é, em parte, percebido e determinado pela faculdade perceptiva e, em parte, conhecido pelo intelecto. Pretendemos, deste modo, elucidar como o ser é conhecido pela percepção segundo Aristóteles, tratando assim de um ponto extremamente controverso, a saber: como a sensação discrimina seus próprios objetos sem a intervenção do pensamento, se tal discriminação resume-se apenas em processos fisiológicos ou é também um atividade da alma e, se é também uma atividade da alma, em que sentido a alteração física ocorrida no corpo, conjuntamente com uma certa atividade da alma, constituem a percepção.

Sabemos que, segundo Aristóteles, a percepção é uma certa afecção que padece o sujeito percipiente, e,

na medida em que o sujeito que percebe é composto de corpo e alma, então, ambos, corpo e alma, simultaneamente, são afetados pelo sensível. Sendo assim, o corpo constitui a causa material e a alma a causa formal da percepção, causas essas que são apenas lógicas e não ontologicamente distintas, uma vez que o fenômeno da percepção ocorre em um e mesmo sujeito, composto de corpo e alma. É o sujeito que percebe, e não exclusivamente sua alma ou seu corpo. A partir disso, concluímos que as afecções físicas e psíquicas são irreduzíveis, excluindo-se portanto, qualquer interpretação que reduza uma à outra. Por um lado, a interpretação materialista ou fisicalista reduz a percepção a um fenômeno que ocorre apenas no corpo, desconsiderando a função cognitiva da faculdade perceptiva. Por outro, a interpretação mentalista ou idealista reduz a percepção a um fenômeno psíquico, desconsiderando a função cognitiva do órgão do sentido. A percepção, segundo Aristóteles, não pode ser reduzida às alterações fisiológicas que sofre o órgão do sentido ao receber a forma sensível sem a matéria, nem tampouco ser reduzida ao ter consciência da faculdade perceptiva que discrimina tal forma sensível recebida. Ora, a faculdade perceptiva pode exercer sua função cognitiva se, necessariamente, o corpo sofreu as alterações fisiológicas que imprime o sensível, pois ela irá discriminar certo movimento que advém de um atributo externo, o qual fez com que o órgão se tornasse tal qual o sensível. A faculdade perceptiva irá discriminar o sensível a partir de certo registro, a saber: do sensível ao qual o órgão se tornou semelhante. A discriminação

é um tornar-se tal qual o sensível, o que exclui a necessidade de conceitos prévios ou o recurso da comparação para que a sensação seja discriminativa. Desse modo, ao contrário de Platão, a sensação não se utiliza de elementos intelectuais para conhecer, como a comparação de um sensível com o outro, ou a remissão de um sensível a um conceito universal já presente na alma. A sensação, para Aristóteles, é discriminativa e opera sem a intervenção do pensamento para tanto. Neste sentido, ao contrário do que acreditava Protágoras, a sensação não é propositiva, ela não é capaz de nomear seus objetos, quiçá emitir enunciados propositivos como “isto me aparece como sendo aquilo”. Se fosse propositiva, então faria uso do pensamento para poder conhecer seus objetos. Entretanto, temos o fato de que os animais percebem sem terem pensamento.

Enfim, como vimos, a sensação é uma função discriminativa não propositiva e, essencialmente passiva. Há portanto preponderância do objeto sensível sobre a apreensão subjetiva. O sujeito, seu corpo e sua alma, devem se tornar como o sensível apreendido. E, sem que haja qualquer intervenção subjetiva, temos que o conhecimento dos sensíveis próprios será sempre verdadeiro. Com isso, Aristóteles resguarda o realismo e o otimismo epistemológico de que o mundo pode ser conhecido tal qual ele é e a verdade, neste sentido, não é uma criação do sujeito, mas se impõe a ele. Em outras palavras, o conteúdo perceptivo é objetivo e sua verdade é assegurada uma vez que o sujeito que percebe se encontra em condições e disposições adequadas. A forma sensível representa o atributo material externo,

real e independente do sujeito percipiente. Se tal forma sensível for apreendida tal qual ela é, se o órgão e a faculdade perceptiva venham a se tornar tal qual é a forma sensível, então haverá correspondência entre o atributo sensível representado e a afecção sensível que o representa; logo, a objetividade do conteúdo perceptivo estará assegurada. Neste caso, não terá o sujeito a percepção de uma mera aparência que pode ou não corresponder com o objeto externo representado, mas sim uma sensação que, não havendo intervenção subjetiva, será necessariamente verdadeira. É claro que a sensação pode, eventualmente, não corresponder e, portanto, não ser verdadeira, porém, o sujeito que a sente, verdadeiramente a sente. Temos, portanto, um sentido ambíguo de verdade, a saber: (i) é verdade, pois, que o sujeito percebe algo, tem certa sensação, porém, (ii) tal sensação pode ser apenas uma mera aparência, na medida em que não corresponde com o objeto representado, ou um conteúdo sensível verdadeiro, na medida em que corresponde com o objeto representado. Desse modo, Aristóteles distingue aparência de sensação, visto que há um objeto externo real e independente da apreensão sensível e tal objeto nos afeta se fazendo conhecido; e assim o será se se produzir no sujeito não uma mera aparência, mas uma sensação que corresponda ao que é o objeto externo.

Enfim, independentemente da sensação que se produz no percipiente e que, sem dúvida, não deixa de ser uma sensação real e verdadeira para aquele que a sente, existe a qualidade sensível externa ao percipiente e a verdade, neste sentido aristotélico, se encontra na

correspondência entre a representação sensível do percipiente e a qualidade sensível exterior representada. A partir disso, podemos inferir que, para Aristóteles, a percepção não seria capaz de alterar e, menos ainda, produzir a natureza da qualidade percebida no momento em que ocorre a percepção, como acreditavam os sofistas e outros. Desse modo, ao contrário da tese sofisticada, o que é gerado no encontro entre a coisa e o percipiente é um movimento que altera o órgão sensível e coloca em exercício a faculdade perceptiva, mas, de modo algum, os atributos sensíveis da própria coisa são gerados, pois eles devem ser anteriores à sensação.

O conhecimento sensível, para Protágoras, é aquilo que me aparece, ou seja, o ser é para mim, independentemente da correspondência que Aristóteles pressupõe existir entre a representação sensível e o objeto sensível representado, entre a afecção sensível e a qualidade sensível que produziu tal afecção. A verdade, para Protágoras, não pressupõe tal correspondência, mas é o que me aparece, o que percebo expresso em proposições, seja a expressão de uma afecção sensível de meu sentido, seja de uma certa opinião que tenha, i.e., se percebo ou se tenho a opinião de A como sendo B, então isto é verdadeiro para mim. O conhecimento sensível, para Aristóteles, são as discriminações realizadas pelos sentidos e este é verdadeiro na medida em que há correspondência com o que é o objeto percebido. De qualquer modo, a afecção sensível que tem aquele que percebe, independentemente da correspondência, não deixa de ser algo real e verdadeiro para aquele que a sente e, neste ponto, ambos, Aristóteles e Protágoras,

concordariam. Em outros termos, quando estou percebendo, a afecção que estou tendo é uma afecção que verdadeiramente estou tendo, i.e., é verdade para mim que tenho certa percepção; entretanto, resta saber se tal afecção é uma mera aparência ou é uma sensação. Neste ponto, Aristóteles pressupõe a existência do ser em si, exterior e independente de quem o percebe, o qual pode ou não ser apreendido verdadeiramente. A partir de tal pressuposto, segue-se que: uma vez que há correspondência, o conhecimento sensível é verdadeiro, logo, tem-se uma sensação; uma vez que não há correspondência, o conhecimento sensível é falso, logo, tem-se uma mera aparência. Ora, para Protágoras, a correspondência é irrelevante, senão impossível, na medida em que, para o mesmo, não há o ser em si, mas apenas o ser para mim e se A me aparece como B, então tal aparência ou opinião é verdadeira para mim. Porém, se todas as opiniões e as aparências fossem verdadeiras, então todo enunciado deveria ser verdadeiro e falso ao mesmo tempo, e toda coisa deveria ser e não ser ao mesmo tempo. Por exemplo, se alguém diz que “o gato é amarelo” e isto é verdadeiro para aquele que anuncia, e se outra pessoa diz que “o gato não é amarelo, mas bege” e isto também é verdadeiro para aquele que anuncia, então o enunciado “o gato é amarelo” é verdadeiro e falso ao mesmo tempo. Como os dois são verdadeiros para aquele que enuncia, então o gato é e não é amarelo, isto é, toda coisa é e não é ao mesmo tempo. Segundo Aristóteles, essa tese é sustentada por Protágoras e outros ao observarem o mundo sensível, pois dizem que vêm contrários emergirem de uma mesma coisa. Ora, como

diz Aristóteles, em parte eles têm razão, pois uma mesma coisa pode ser e não ser ao mesmo tempo, mas não sob o mesmo aspecto:

[...] a mesma coisa, pois, pode ser potencialmente ao mesmo tempo dois contrários, mas não pode ser atualmente (Met., IV, 5, 1009b34-36).

Por exemplo, dizemos que potencialmente Sócrates é e não é músico, ou seja, que ele pode vir a ser músico ou vir a ser não músico, mas, atualmente, ou Sócrates é músico ou não é músico. Porém, sabemos que, pelo princípio de não contradição, não é possível afirmar e negar verdadeiramente ao mesmo tempo, nem mesmo algo pode ser e não ser ao mesmo tempo sob o mesmo aspecto. A refutação consiste em retirar a cláusula relativa *para mim* e conceber o ser *em si*, ou seja, conceber o gato em si mesmo como sendo e não sendo ao mesmo tempo amarelo. Todavia, a verdade, para Protágoras, é relativa e o ser tomado em si mesmo não existiria. Tal refutação, como vimos, se baseia na destruição do princípio relativista: o ser para mim.

A partir do que foi dito, concluímos que, para Aristóteles, o conhecimento não poderia ser absolutamente idêntico à sensação, já que isso implicaria alguns paradoxos, como identificar qualidade sensível e o que aparece para o sujeito, identificar ser e perceber e defender que todos os enunciados são verdadeiros, e, portanto, gerar a contradição de que um enunciado pode ser verdadeiramente negado e afirmado ou de que uma coisa é A e não A ao mesmo tempo sob o mesmo aspecto.

Retomando a tese aristotélica sobre a verdade objetiva do conteúdo perceptivo, para que tal objetividade

seja assegurada, corpo e alma, conjuntamente devem ser afetados. Se fosse só o corpo, não teríamos consciência do que é a forma sensível, pois esta é a função formal cognitiva da alma. Se fosse só a alma, não haveria como receber a forma sensível e sofrer certas alterações fisiológicas que traduzem a natureza da forma sensível e, sendo assim, não haveria conteúdo sensível impresso no corpo para que a alma o discrimine, pois essa é a função material cognitiva do corpo.

Em suma, Aristóteles parece conceber que há uma alteração material preservativa no órgão do sentido ao receber certo movimento que advém de um objeto externo, todavia, preserva-se, caso o sensível não seja excessivo, seu atributo material essencial; ao mesmo tempo em que ocorrem tais alterações fisiológicas, sofre a alma sensitiva uma alteração formal preservativa ao passar do estado de potência para o exercício de sua capacidade perceptiva, a qual, por sua vez, é preservada durante a percepção. O sujeito percipiente, neste sentido, conhece o sensível ao sofrer alterações fisiológicas causadas por ele e, ao mesmo tempo, ao ter consciência dele. O conhecimento sensível, desse modo, tem duas causas cognitivas simultâneas: uma material e outra formal. A primeira se traduz pelo recebimento material do sensível e a segunda pelo reconhecimento formal do mesmo.

Por um lado, Platão entende que corpo e alma estão separados e, por isso mesmo, diz que não percebemos *com* os órgãos do sentido e *sim* com a alma *através* do corpo. O corpo não tem função alguma no processo perceptivo, senão a de servir como instrumento da alma. Por outro, para Aristóteles, o corpo também é um instrumento da alma e ele é feito de tal modo que a

alma possa exercer suas funções. Porém, ao contrário de Platão, sabemos que, para Aristóteles, o corpo tem um papel fundamental no processo perceptivo, pois são os órgãos do sentido que sofrem certa alteração para receberem a forma sensível e, sem esta alteração, a percepção não seria possível. A atividade de perceber é um movimento da alma através do corpo, mesmo porque o corpo é constituído materialmente para que a alma, sua forma, exerça seus fins. Por isso, o corpo e a alma, conjuntamente, possibilitam que tenhamos sensação, ou seja, para que haja a atividade perceptiva é necessário que ocorra, simultaneamente, uma afecção material preservativa no corpo e uma afecção formal preservativa na alma. Ao mesmo tempo em que o órgão sensível sofre certa alteração, a faculdade perceptiva entra em atividade: o corpo sofre algo para se tornar tal qual o objeto sensível e a alma sensitiva passa do estado potencial para o estado atual. Por isso, devemos dizer que, sem o corpo, não haveria percepção, pois o corpo exerce uma função material cognitiva para que a percepção ocorra. A tese aristotélica de que o corpo tem papel cognitivo vai de encontro à tese platônica do corpo como exercendo uma função apenas material e não cognitiva. Isso não apenas porque o corpo, para que receba a forma sensível, sofre certa alteração, mas também pelo fato de que o corpo é o meio pelo qual os sensíveis podem ser discernidos. O corpo, pela sua constituição material, é um meio entre os sensíveis opostos, desse modo, a sua constituição é parâmetro de medida para que possamos discriminar, é condição necessária para que o sensível seja percebido. É porque

o corpo é um meio entre sensíveis opostos que ele pode vir a ser atualmente ora um, ora outro.

Concluimos que, por um lado, enquanto para Protágoras, sensação e conhecimento são idênticos, para Aristóteles, a sensação é uma operação que tem como função conhecer, assim como o pensamento, mas que tanto o pensamento é distinto da sensação como também, o conhecimento se distingue por seus objetos: os sensíveis e os inteligíveis. Por outro lado, enquanto para Platão, a sensação é uma operação praticamente inútil, tendo como função estimular o intelecto a conhecer, mas que, de modo algum, tem como função conhecer, para Aristóteles conhecer é de certa maneira perceber, na medida em que conhecemos através da percepção os sensíveis e de certa maneira não é perceber, mas deriva da percepção, pois o intelecto pensa seus objetos a partir das formas sensíveis, por isso, a percepção é indispensável para a aquisição do conhecimento dos sensíveis e dos inteligíveis. Enfim, vimos que, para Aristóteles, diferentemente de Protágoras, a sensação não é responsável por discriminar todos objetos cognoscíveis, também para Aristóteles e diferentemente de Platão, o extremo oposto não é verdadeiro, a saber, que a sensação não discrimina nada e nem que o sensível é por si mesmo incognoscível. Conhecer e perceber, portanto, não devem ser funções idênticas ou distintas de modo absoluto, nem o objeto cognoscível é absolutamente percebido, nem o objeto sensível é absolutamente indeterminado, mas, para Aristóteles, o objeto cognoscível é, em parte, percebido e, em parte, inteligido.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL:

ARISTÓTELES. *De Anima*. Tradução, introdução e notas de R. D. Hicks. New York: Georg Olms Verlag, 1990.

_____. *On the Soul. Parva Naturalia. On Breath*. Tradução de W. Hett. Harvard: 1936.

_____. *Works of Aristotle* in "The Great Books". Translated into English under the editorship W. D. Ross, by arrangement with Oxford University Press, ed. Encyclopedia Britannica, 1980.

PLATÃO. *Teeteto*. Tradução e comentário de Adriana Manuela Nogueira e Marcelo Boeri. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

_____. *The Dialogues of Plato*. In: "The Great Books". Trans. Benjamin Jowett. Encyclopedia Britannica, 1952.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARNES, Schofield & Sorabji. *Articles on Aristotle 4: Psychology and Aesthetics*. Londres: 1979.

BARNES, J. *The Cambridge Companion to Aristotle*. Cambridge: 1995.

_____. *Aristotle's Concept of Mind* in *Articles on Aristotle 4: Psychology and Aesthetics*. Londres: Barnes, Schofield & Sorabji, 1979.

BURNYEAT, M. F. *De Anima II 5*. Phronesis XLVII/1.

COOPER, J. M. *Platon on Sense-Perception and Knowledge (Theaetetus 184-186)*. In: IRWIN. *Classical Philosophy*:

Collected Papers – Plato’s Metaphysics and Epistemology. Ed. Garland, 1995.

EVERSON, S. *Aristotle on Perception*. Oxford: Clarendon Press, 1999.

JOHANSEN, T. K. *Aristotle on the sense-organs*. Cambridge: 1998.

NUSSBAUM, M.; RORTY, A. *Essays on Aristotle’s De Anima*. Oxford: 1992.

ROMEYER, Dherbey; VIANO, C. *Corps et Ame: sur le De Anima d’Aristotle*. Paris: 1996.

SLAKEY, T. *Aristotle on sense perception*, The Philosophical Review, n. 70, 1961.

SORABJI, R. *Body and Soul in Aristotle*. In: Article on Aristotle 4: Psychology and Aesthetics, Jonathan Barnes, Malcolm Schofield and Richard Sorabji, Duckworth, 1979.

_____. *Intentionality and Physiological Processes: Aristotle’s Theory of Sense Perception*. In: Nussbaum & Rorty, 1992.

ZINGANO, M. *Razão e sensação em Aristóteles – um ensaio sobre De anima III 4-5*. Porto Alegre: LP&M, 1998.

WARDY, R. *The Chain of Change – a study of Physics VII*. Cambridge: 1990.